



Artigo



Políticas Públicas no Ensino Superior: considerações sobre o Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no Estado do Rio de Janeiro

Políticas Públicas en Educación Superior: consideraciones sobre el Programa de Apoyo a Planes de Reestructuración y Expansión de Universidades Federales (Reuni) en el Estado de Rio de Janeiro

Políticas Públicas en Educación Superior: consideraciones sobre el Programa de Apoyo a Planes de Reestructuración y Expansión de Universidades Federales (Reuni) en el Estado de Rio de Janeiro

Politiques publiques dans l'enseignement universitaire: considérations sur le programme d'appui aux plans de restructuration et d'expansion des universités fédérales (Reuni) dans l'État de Rio de Janeiro

Priscila Erminia Riscado¹

¹ Bacharel em Ciências Sociais, mestra e doutora em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. Professora Adjunta no curso de Políticas Públicas e líder do grupo de pesquisa "Bela, recatada e do lar: Núcleo sobre Gênero, Identidade e Feminismo- BELAS", no Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, RJ, Brasil.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central analisar alguns aspectos do Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) a partir da percepção de discentes no Estado do Rio de Janeiro. Além de bibliografia relacionada ao tema central -a expansão universitária no Brasil- os dados utilizados para a presente análise se originam a partir de entrevistas em profundidade e aplicação de questionários estruturados com discentes da Universidade Federal Fluminense (UFF) dos campi de Angra dos Reis (Instituto de Educação de Angra dos Reis – IEAR) e Campos dos Goytacazes (Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR). A partir da presente pesquisa foi possível observar que, apesar da importância central que o programa REUNI apresentou para a chamada “nova reforma universitária” no país, os principais beneficiados pelo programa pouco sabem acerca dos objetivos e ações do referido programa. Por esta razão, podemos afirmar que se trata de uma política pública que careceu de maior avaliação e, concomitantemente, melhor apresentação de seus objetivos entre seu público alvo e interessados.

Palavras-Chave: REUNI; Políticas Públicas; Reforma Universitária; Educação; Estado.

Abstract

The main objective of this article is to analyze some aspects of the Program to Support Restructuring and Expansion Plans at Federal Universities (Reuni) from the perception of students in the State of Rio de Janeiro. In addition to bibliography related to the central theme -university expansion in Brazil- the data used for this analysis originate from in-depth interviews and application of structured questionnaires with students from the Fluminense Federal University (UFF) from the Angra dos Reis campuses (Institute of Education of Angra dos Reis – IEAR) and Campos dos Goytacazes (Institute of Science of Society and Regional Development – ESR). From this research, it was possible to observe that, despite the central importance that the REUNI program presented for the so-called “new university reform” in the country, the main beneficiaries of the program know little about the objectives and actions of that program. For this reason, we can say that this is a public policy that lacked further evaluation and, at the same time, a better presentation of its objectives among its target audience and stakeholders.

Keywords: REUNI; Public Policies; University Reform; Education; State.

Resumen

El objetivo principal de este artículo es analizar algunos aspectos del Programa de Apoyo a los Planes de Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales (Reuni) desde la percepción de los estudiantes del Estado de Río de Janeiro. Además de la bibliografía relacionada con el tema central -expansión universitaria en Brasil- los datos utilizados para este análisis provienen de entrevistas en profundidad y aplicación de cuestionarios estructurados con estudiantes de la Universidad Federal Fluminense (UFF) de los campus de Angra dos Reis (Instituto de Educación de Angra dos Reis - IEAR) y Campos dos Goytacazes (Instituto de Ciencia de la Sociedad y Desarrollo Regional - ESR). A partir de esta investigación se pudo observar que, a pesar de la importancia central que el programa REUNI presentó para la llamada “nueva reforma universitaria” en el país, los principales beneficiarios del programa conocen poco sobre los objetivos y acciones de dicho programa. . Por ello, podemos decir que se trata de una política pública que careció de una mayor evaluación y, al mismo tiempo, de una mejor presentación de sus objetivos entre su público objetivo y grupos de interés.

Palabras Clave: REUNI; Políticas Públicas; Reforma Universitária; Educación; Estado.

Resumé

L'objectif principal de cet article est d'analyser certains aspects du Programme d'appui aux plans de restructuration et d'expansion des universités fédérales (Reuni) du point de vue des étudiants de l'État de Rio de Janeiro. En plus de la bibliographie liée au thème central -expansion universitaire au Brésil- les données utilisées pour cette analyse proviennent d'entretiens approfondis et de l'application de questionnaires structurés avec des étudiants de l'Université fédérale Fluminense (UFF) des campus d'Angra dos Reis (Institut de l'Éducation d'Angra dos Reis – IEAR) et Campos dos Goytacazes (Institut des sciences de la société et du développement régional – ESR). De cette recherche, il a été possible d'observer que, malgré l'importance centrale que le programme REUNI a présenté pour la soi-disant «nouvelle réforme universitaire» dans le pays, les principaux bénéficiaires du programme connaissent peu les objectifs et les actions de ce programme. . Pour cette raison, on peut dire qu'il s'agit d'une politique publique qui manquait d'une évaluation plus approfondie et, en même temps, d'une meilleure présentation de ses objectifs auprès de son public cible et de ses parties prenantes.

Mots-Clés: REUNI; Politiques Publiques; Réforme Universitaire; Éducation; État.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo central analisar alguns aspectos acerca do Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) a partir da percepção de discentes no Estado do Rio de Janeiro. Além de bibliografia relacionada ao tema central -a expansão universitária no Brasil- os dados utilizados para a presente análise se originam a partir de pesquisa realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF)¹. Os dados utilizados para a presente análise se originam a partir de entrevistas em profundidade e aplicação de questionários estruturados com discentes dos campi de Angra dos Reis e Campos dos Goytacazes. A partir da presente pesquisa foi possível observar que, apesar da importância central que o programa REUNI apresenta para a chamada “nova reforma universitária” no país, os principais beneficiados pelo programa pouco sabem acerca dos objetivos e ações do referido programa. Por esta razão, podemos afirmar que se trata de uma política pública que carece de maior divulgação e, em especial, avaliação.

1. Contextualizando o Tema: breve histórico sobre a universidade no Brasil

A história da implementação das Universidades no Brasil nos ajuda a compreender os desafios observados neste processo, além dos distintos objetivos conferidos ao ensino universitário ao longo da história. A Universidade surge no Brasil no começo do século XIX, em

¹ O projeto intitulado “Ampliação do Ensino Superior no Brasil: análise da expansão universitária a partir dos discentes de campi e da comunidade circunvizinha no interior do Estado do Rio de Janeiro”. O projeto, por mim coordenado, foi realizado em dois campi de interior da UFF, a saber: o Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) e o Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR) ao longo de 2013 e 2014. A pesquisa contou com apoio financeiro da Pro-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (PROPPI/UFF). Para realização da pesquisa contou com auxílio precioso de discentes, bolsistas e voluntários, dos cursos de Políticas Públicas (IEAR) e Ciências Sociais (ESR). Agradeço ao empenho e dedicação de todos: Tamara Mendes (bolsista PUCG), Gabriella Ribeiro (voluntária PUCG), Ailton Gualande Jr. (voluntário PUCG), Emanuelle Azini (bolsista IEAR), Felipe Sette (voluntário IEAR), Thiago Henrique dos Santos (bolsista IEAR).

decorrência de uma demanda das elites surgidas no país, que tradicionalmente buscavam a educação em instituições europeias ao longo do período de “descobrimento” e colonização do país e que retornaram ao país anos mais tarde, com seus respectivos títulos.

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro fez com que as instituições criadas por D. João VI, no âmbito do que se pode chamar de ensino superior, estivessem, na maior parte, diretamente articuladas à preocupação com a defesa militar da colônia, tornada a sede do governo português. Ana Waleska Mendonça (2000) confirma esta hipótese em seu trabalho destacando o fato de que ainda no ano de 1808 cria-se, no Rio de Janeiro, a Academia de Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar, com o objetivo de realizar a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares. Também em 1808, criaram-se os cursos de anatomia e cirurgia, para a formação de cirurgiões militares, que se instalaram, significativamente, no Hospital Militar. A esses cursos, de início simples aulas ou cadeiras, acrescentaram-se, em 1809, os de medicina e, em 1813, constituiu-se, a partir desses cursos, a Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Ainda segundo Mendonça (2000), outros cursos foram criados em estados como Bahia e Rio de Janeiro. Todos os cursos teriam sido marcados pela mesma preocupação pragmática de criar uma infraestrutura que garantisse a sobrevivência da Corte na colônia, tornada Reino-Unid. Na Bahia, a cadeira de economia (1808) e os cursos de agricultura (1812), de química (1817) e de desenho técnico (1817) e no Rio de Janeiro, o laboratório de química (1812) e o curso de agricultura (1814).

Devido a sucessivas reorganizações, fragmentações e aglutinações, os cursos criados por D. João VI dariam origem às escolas e faculdades profissionalizantes que constituíram o conjunto das instituições de ensino superior no Brasil até a República. A esse conjunto de instituições viriam se agregar os cursos jurídicos, criados apenas após a Independência, originariamente em São Paulo e Olinda, no ano de 1827. Todavia, poucas teriam sido, segundo Mendonça (2000), as iniciativas concretas dos governos imperiais no campo da implementação do ensino superior, limitando-se à manutenção das instituições existentes e à sua regulamentação. Além dos cursos jurídicos, instituídos por D. Pedro I, outra iniciativa importante desta época seria a instalação, já no final do segundo Império, em 1875 – um ano depois da separação do curso de engenharia da Escola Militar, com a constituição da Escola Politécnica –, da Escola de Minas em Ouro Preto, à época capital da província de Minas Gerais.

No entanto, ao longo do primeiro e do segundo Impérios, a demanda pela constituição de uma universidade no país não desapareceu, sofrendo, porém, uma constante resistência por parte de distintos grupos, especialmente dos positivistas. O cerne da resistência dos positivistas à ideia da criação de uma universidade no Brasil tomava como base a ideia de liberdade de ensino. Este princípio da liberdade era utilizado para advogar não só pela retirada dos entraves legais que impediriam uma maior expansão da iniciativa privada no campo da educação (que, especialmente após 1870, começou a expandir-se no campo do ensino superior), mas também pela realização de uma ciência livre de privilégios e da proteção do Estado, proteção esta que só serviria para prejudicar esta.

Em cinco de julho de 1937, ainda antes do Estado Novo, é criada a Universidade do Brasil². A instituição de ensino em questão dava continuidade à antiga Universidade do Rio de Janeiro, criada na década de 1920 como uma reunião das escolas superiores existentes na cidade. Isto ocorreu no período em que Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação, a Universidade do Brasil reuniu 15 escolas ou faculdades que receberam a denominação de "nacionais" e 16 institutos, alguns dos quais já existentes, além do Museu Nacional.

O objetivo central do governo brasileiro com a criação da Universidade do Brasil era implantar em todo o país um padrão nacional de ensino superior e estabelecer um sistema destinado a controlar a qualidade desse ensino. Este projeto – caracterizado pela grandiosidade e pelo caráter altamente centralizador – acabaria sufocando outras iniciativas mais liberais de ensino superior. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a Universidade do Distrito Federal, extinta em 1939, quando foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Importante marco na história do ensino superior do Brasil ocorre em 1968, com a Reforma ocorrida no mesmo ano. Segundo estudo de Carlos Bendito Martins (2009), o contexto que antecede a reforma – os primeiros anos da década de 1960 – teria sido marcado por um intenso movimento visando à reforma do sistema universitário brasileiro, do qual participaram os docentes, os pesquisadores e o movimento estudantil.

Após o golpe militar de 1964, permanecia entre estudantes e professores um clima de insatisfação com a estrutura universitária existente. Em várias instituições, alunos e professores realizaram “cursos paralelos”, expressando sua discordância com relação aos currículos existentes. Paralelamente, os estudantes se mobilizaram diante da incapacidade do ensino público de absorver os alunos aprovados nos vestibulares. Em 1960, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas instituições para as quais tinham sido aprovados, número que aumentou para 162 mil em 1969. A questão dos “excedentes” constituiu-se num constante foco de tensão social. A pressão para a expansão do ensino superior estava relacionada à ampliação da taxa de matrícula do ensino médio, que cresceu 4,3 pontos entre 1947 e 1964. Diante desse quadro, Martins (2009) destaca o fato de que o governo militar se sentiu pressionado a formular uma política para a reestruturação do ensino superior. Ao contrário do que ocorrera no período populista do Estado Novo, no qual vigorou uma discussão pública visando à construção de uma universidade crítica de si mesma e da sociedade brasileira, a política educacional do regime autoritário seria confiada a um pequeno grupo designado pelo poder central.

Durante a ditadura militar, a compreensão geral é a de que a educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional. O sistema de ensino superior não poderia continuar atendendo a um público restrito, tal como vinha acontecendo. Propunha-se assim sua expansão, assinalando, no entanto, a falta de

² A Universidade do Brasil, com a reforma universitária iniciada em 1965, transformou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropaganda/UniversidadeBrasil>

recursos financeiros, o que levou à introdução do princípio da expansão com contenção, que seria reiterado pela política educacional. O objetivo a ser alcançado era obter o máximo de atendimento da demanda com o menor custo financeiro. A reformulação do ensino superior deveria pautar-se por uma racionalização dos recursos e orientar-se pelo princípio de flexibilidade estrutural, evitando a duplicação de meios para as mesmas finalidades acadêmicas.

A revolta estudantil que ocorreu em vários países; em 1968; assumiu diferentes matizes políticos segundo o contexto sócio histórico no qual se inseria. No Brasil, além da luta pela restauração da democracia, os estudantes continuavam pressionando o regime militar no sentido da reestruturação e da expansão do ensino superior. Nesse contexto, o governo instituiu, em 1969, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária para propor “soluções realistas” e “medidas operacionais”, com o objetivo de conferir eficiência e produtividade ao sistema.

O contexto após a implantação da Reforma Universitária de 1968 no Brasil segundo Maria de Lourdes Fávero (2006), caracteriza-se a partir dos anos 80, pelo surgimento de várias propostas para a reformulação das instituições universitárias. No limiar da década de 80 é possível observar, segundo a autora, da parte de significativo número de professores, a consciência de que o problema da universidade envolve não apenas aspectos técnicos, mas também um caráter marcadamente acadêmico e político, exigindo análise e tratamento específicos.

No contexto atual, a expansão da educação superior no Brasil é marcada pelo surgimento do Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem início em 2007 e tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior³. As ações do programa contemplam, entre outros aspectos, o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão dos alunos.

O programa se instala a partir da concepção do Governo Federal de que as universidades federais possuem papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país. Os dados que apontam para a necessidade de expansão da Educação Superior no Brasil reforçam esta necessidade, visto que, em média nacional, apenas 24,31% dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, têm acesso ao ensino superior.

Com o programa Reuni, o Governo Federal diz desejar buscar adotar uma série de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público. Em sua formulação, o programa Reuni teve como principais objetivos: garantir as universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional

³ O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Dados obtidos no documento “Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano” elaborado pelo Ministério da Educação. Fonte: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28. Data do acesso: 14/06/2014.

e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior.

O programa Reuni também elencou como principais metas: a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007 – ano de início do Programa – para o cumprimento das metas.

A partir do breve histórico apresentado é possível observar as mudanças ocorridas no âmbito da ampliação da educação superior no Brasil. A ampliação do acesso ao ensino superior é uma das marcas principais propostas pelo Governo Federal no cenário atual do país. A interiorização do ensino é uma das frentes de ação que daria conta do objetivo do projeto, qual seja: garantir a ampliação do acesso ao ensino superior. Por estas razões, parece-nos oportuno analisar a implementação do REUNI nos campi universitários do interior do país, tendo como foco analítico central os principais “beneficiários” do programa: os discentes. Para auxiliar na compreensão dos efeitos promovidos pelo programa até o presente momento, apresentamos a análise acerca do papel do REUNI na universidade a partir de discentes da Universidade Federal Fluminense de dois campi do interior: o Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) e do Polo Universitário de Campos dos Goytacazes (PUCG).

2. A Análise do REUNI: algumas considerações a partir dos discentes

O presente artigo tem origem em pesquisa realizada nos campi da UFF de Angra dos Reis e Campos dos Goytacazes entre os anos de 2013 e 2014. A metodologia da pesquisa – qualitativa e quantitativa- foi composta por duas técnicas de análise, a saber: entrevistas em profundidade e análise de questionários estruturados.

A primeira etapa da pesquisa- que consistiu na realização de entrevistas em profundidade com docentes de cada um dos campi analisados. Estas entrevistas, realizadas com os docentes considerados como “decanos” tiveram por objetivo reconstruir a história dos respectivos campi, a partir da memória relatada por estes profissionais. Estas entrevistas foram de grande relevância para o maior conhecimento da própria universidade e para a construção dos questionários, que foram aplicados junto aos discentes dos campi posteriormente. Por questões práticas - não teríamos como fazer isso em um único artigo, tendo em vista as limitações do mesmo - não abordaremos a análise das entrevistas em profundidade no presente artigo. Entretanto, consideramos relevante informar ao leitor a existência desta etapa para uma compreensão mais completa da pesquisa em si.

Para compor a pesquisa, as cidades selecionadas para a análise são: Angra dos Reis e Campos dos Goytacazes, ambas localizadas no Estado do Rio de Janeiro (RJ). Estas cidades foram

selecionadas por duas razões principais. Primeiro, porque ambas possuem campi da Universidade Federal Fluminense (UFF). Segundo porque em ambos os casos foi possível identificar projetos institucionais que se ampliaram desde sua criação até o momento em que a pesquisa foi realizada. Em Campos dos Goytacazes, o objetivo central inicial do polo universitário era o de formar profissionais capacitados - em áreas como saúde e educação em especial - para atuar na própria cidade e na região de entorno, que apresentava historicamente carência de profissionais habilitados e residentes na região⁴. Processo similar parece ter ocorrido no Instituto de Educação de Angra dos Reis, quando de sua fundação: a união entre universidade e prefeitura municipal é o estopim para o estabelecimento do instituto na cidade, com o objetivo central de formar profissionais de educação capacitados para atuarem, em especial, no próprio município.

Para delimitarmos nossa análise propomos como período o ano em que cada um dos campi se instala nas referidas cidades até o ano de 2014. Consideramos que este período de tempo seja suficiente para a produção de dados consistentes para a realização de todos os testes empíricos necessários para que consigamos responder algumas das indagações propostas pela pesquisa que dá base às nossas reflexões.

A etapa central da referida pesquisa consistiu na realização de entrevistas com discentes de cada um dos campi de interior analisados. O levantamento bibliográfico sobre a temática investigada serviu de base para o conhecimento da temática e posterior auxílio na elaboração do instrumento de pesquisa utilizado para construção dos dados apresentados: questionário estruturado aplicado junto aos discentes regularmente matriculados nas referidas unidades.

A realização de entrevistas com discentes de cada um dos campi analisados privilegiou contemplar temas variados: entre os discentes, buscou-se entrevistar alunos de períodos diversificados - de forma a contemplarmos alunos que estejam prestes a concluir suas respectivas graduações e alunos recém-ingressos na universidade, que estavam a época da pesquisa iniciando seus respectivos cursos. Isso nos permitiu verificar possíveis diferenças de avaliação da instituição entre os que estão começando e os que estão prestes a concluir seus respectivos cursos de graduação.

As entrevistas consistem em diálogos entre pesquisador e pesquisado sobre temas específicos. Estas possibilitam ao investigador observar o surgimento de temas conexos não previstos no roteiro e também observar o modo como os entrevistados reagem às questões formuladas. A quantidade de entrevistas foi proporcional ao número de alunos inscritos nos cursos de cada um dos Campi no momento de realização da pesquisa, sendo determinadas por proporção representativa de alunos presente em cada um dos cursos. Por esta razão, a amostra total de alunos entrevistados não pode ser inferior a 10% do total de alunos inscritos em cada um dos Campi⁵. Foram entrevistados 191 discentes ao longo da pesquisa, sendo 161 discentes

⁴ Fonte: <http://www.campos.uff.br/Data> do acesso: 14/06/2020

⁵ Fazemos esta afirmação metodológica tomando por base a chamada “Lei dos Grandes Números”, conceito basilar da teoria amostral. Como exemplo, podemos pensar que em um Universo de pesquisa quatro vezes maior adiciona apenas 4 entrevistas à amostra com erro de 6,5 pontos percentuais. Mas, para se ganhar apenas 1,5 ponto percentual de precisão na amostra é necessário acrescentar mais de 100 entrevistas dentro de cada Universo. Além disso, quanto maior a amostra, menos o aumento do seu tamanho melhora a capacidade da amostra de representar a população. Ou

de Campos dos Goytacazes e 30 discentes de Angra dos Reis. Só fizeram parte da amostra os alunos que possuíam matrícula ativa em seus respectivos cursos de graduação. Entre os alunos entrevistados, nossa amostra era composta por discentes de todos os cursos de graduação existentes nos Campi analisados. Em Angra dos Reis foram entrevistados alunos dos cursos de graduação de Pedagogia, Geografia e Políticas Públicas. Em Campos dos Goytacazes foram entrevistados alunos dos cursos de Ciências Sociais, Serviço Social, Psicologia, Economia, História e Geografia.

As entrevistas em profundidade foram realizadas *in loco* por dois alunos bolsistas, sendo cada um discente em cada um dos Campi que compõem a pesquisa. Contou-se também com três discentes voluntários, sendo dois alunos de Campos dos Goytacazes e um aluno de Angra dos Reis.

A técnica de aplicação de questionários em pesquisa é recomendada a projetos em que o principal objetivo é aprofundar e conhecer o entendimento dos entrevistados sobre um tema pouco estudado pela literatura. Deste modo, as entrevistas nos permitiram explorar o contexto no qual os alunos ingressam nos cursos de graduação oferecidos nos Campi localizados fora da Sede, que no caso da UFF é a cidade de Niterói/RJ, e o estabelecimento de sua relação com os objetivos propostos pelos referidos cursos, articulando as opiniões dos entrevistados.

As entrevistas com os discentes matriculados nos cursos dos campi fora da sede contaram com um roteiro semiestruturado no qual foram contemplados os seguintes temas:

- 1- Perfil socioeconômico dos alunos dos Campi de Angra dos Reis e Campos dos Goytacazes;
- 2- Razões principais que influenciaram os discentes para escolha do curso no qual se encontram matriculados;
- 3- Expectativas profissionais apresentadas pelos discentes relacionadas a seus respectivos cursos de graduação;
- 4- Aspectos da relação entre discentes, docentes e a instituição de ensino superior.
- 5- Análise dos discentes acerca do REUNI e os impactos do programa sobre seu ingresso na universidade.

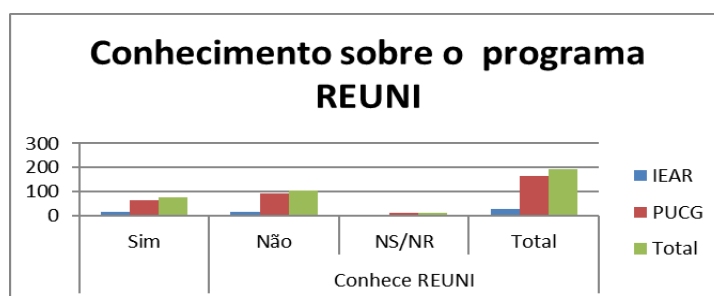
A metodologia proposta nos permitiu testar as hipóteses apresentadas pelo projeto, na medida em que a análise dos materiais bibliográficos produzidos acerca do tema conjugada a análise das entrevistas possibilitou verificarmos a convergência ou não dos objetivos dos discentes em relação aos cursos no quais se encontram matriculados e os objetivos propostos pelos campi ao oferecerem os referidos cursos, além de verificarmos a articulação dos referidos objetivos a proposta do programa REUNI. O programa utilizado para o tratamento e codificação

seja, o ganho de precisão da amostra é uma função não linear. Por exemplo, cerca de 380 entrevistas permitem um erro de 5 pontos percentuais para qualquer população entre 10.000 e 1 milhão de pessoas. Sendo assim, não é necessário saber o tamanho do Universo. Contudo, podemos estimar a amostra necessária e seu custo de execução. Desta forma, mesmo desconhecendo o universo de pesquisa a priori é possível desenhar a pesquisa, definir a amostra e sua precisão.

dos dados obtidos a partir da aplicação dos questionários foi o SPSS (software denominado Statistical Package for the Social Sciences).

O conhecimento dos alunos acerca do REUNI consistia como importante aspecto em nossa investigação. A análise dos dados referente aos discentes entrevistados e suas opiniões acerca do programa consistiu em aspecto que chamou a atenção ao longo da pesquisa. Quando perguntados sobre o conhecimento que detinham acerca do programa, a maior parte dos discentes entrevistados alega não conhecer o REUNI. O gráfico a seguir nos mostra este dado:

Figura 1. Conhecimento sobre o Programa Reuni



Fonte: elaboração própria.

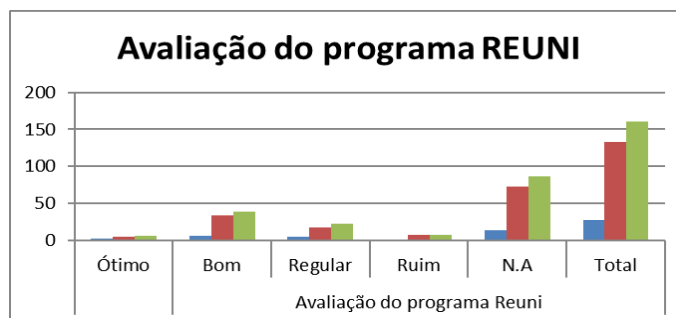
A **Figura 1** resulta de pergunta feita aos discentes de ambos os campi: Você conhece o REUNI? O Total de alunos respondentes foi 191.

Entre os alunos entrevistados em Angra dos Reis, foi possível verificar uma distribuição equilibrada entre os discentes e seu conhecimento acerca do programa: metade revela conhecer o programa. A outra metade desconhece o mesmo. Já entre os alunos de Campos dos Goytacazes, a distribuição acerca do conhecimento dos alunos sobre o programa aponta do desconhecimento destes sobre o REUNI.

Em um total de 164 alunos entrevistados, 90 (ou 55%) alegam desconhecer o programa. Outros 11 (ou 7%) dos entrevistados não souberam/não responderam à questão. Apenas 63 (ou 38% destes) alegaram conhecer o REUNI. Se considerarmos os que responderam “não” e “não sabe/não respondeu” conjuntamente, verificamos que 62% dos alunos de campos dos Goytacazes desconhecem o programa REUNI.

Entre os discentes que afirmaram conhecer o REUNI, pediu-se a estes uma avaliação acerca do programa: os alunos poderiam avaliar o programa a partir de uma escala que variava de “ótimo” a “péssimo”. O gráfico a seguir aponta como os discentes avaliam o mesmo:

Figura 2. Avaliação do Programa Reuni



Fonte: elaboração própria.

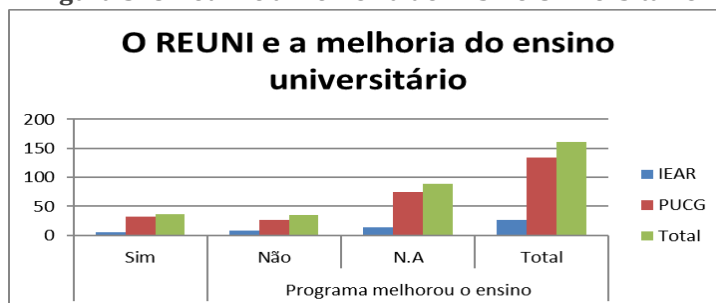
Na **Figura 2**, a pergunta feita aos discentes de ambos os campi: Se sim [conhece o REUNI], o que você acha do programa? O total de alunos respondentes foi 160.

Entre os discentes que informaram conhecer o REUNI e foram indagados sobre como avaliavam o mesmo, observou-se que a maior parte não sabia como avaliar o mesmo. Entre os discentes de Angra dos Reis, em um total de 27 respondentes, 14 destes (ou 52%) não soube avaliar o programa. Entre os alunos de Campos, observou-se que 72 (ou 54%) discentes não avaliaram o programa.

Estes dados apontam para um aspecto interessante: podemos, a partir destas respostas, imaginar que muitos dos que afirmaram conhecer o programa na primeira pergunta na verdade não o conheciam efetivamente. Por esta razão, não se sentiam habilitados a avaliar o programa na pergunta subsequente. Mostra-se necessário avaliar este dado mais profundamente, mas a possibilidade que surge a partir deste dado aponta para um ainda maior desconhecimento acerca do programa por parte dos discentes, já apontado na pergunta ilustrada na figura 1.

Entre o mesmo grupo de discentes, quando perguntados sobre a melhoria da qualidade do ensino universitário após a implantação do REUNI, observamos o mesmo fenômeno ocorrido na resposta anterior- que diz respeito a avaliação do programa: tanto entre os discentes de Angra dos Reis quanto os de Campos dos Goytacazes, verificou-se que mais da metade dos discentes optou pela opção não sabe/não respondeu como resposta a referida questão, como podemos observar no gráfico abaixo:

Figura 3. O Reuni e a Melhoria do Ensino Universitário



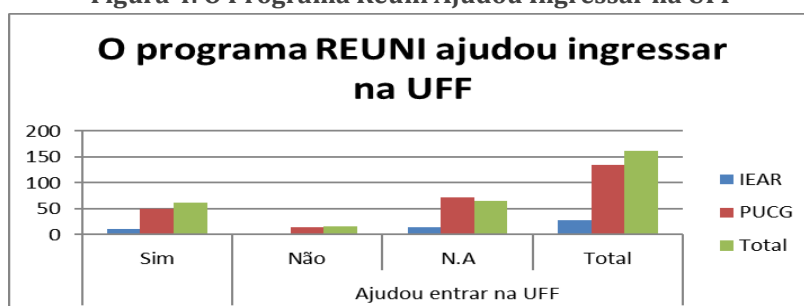
Fonte: elaboração própria.

Na **Figura 3**, a pergunta feita aos discentes de ambos os campi: Se sim [conhece o REUNI], você acredita que o programa melhorou a qualidade do ensino universitário? O total de alunos respondentes foi 161.

Como é possível verificar no gráfico apresentado, 14 (ou 52%) dos discentes de Angra dos Reis afirma não saber se o REUNI melhora a qualidade do ensino na universidade. Em Campos este número se eleva para 75 (ou 56%) do total de discentes entrevistados. Mais uma vez, a resposta dos discentes nos leva a refletir sobre efetividade do programa, em especial entre os discentes das universidades federais localizadas no interior, que são – em especial no caso da referida pesquisa – unidades que tem sua ampliação diretamente ligada à criação do REUNI.

Finalmente, perguntamos aos discentes que afirmaram conhecer o programa se estes acreditavam que o REUNI teria ajudado em seu ingresso na universidade. Mais uma vez, a opção não sabe/não respondeu foi maioria das respostas, como podemos ver no gráfico apresentado a seguir:

Figura 4. O Programa Reuni Ajudou Ingressar na UFF



Fonte: elaboração própria.

Na **Figura 4** a pergunta feita aos discentes de ambos os campi: Se sim [conhece o REUNI], você acha que o REUNI ajudou você a ingressar na Universidade? Total de alunos respondentes foi 16.

No entanto, diferente do que ocorre nas respostas anteriores acerca do programa, nesta parcela significativa dos discentes respondentes - tanto de Angra dos Reis quanto de Campos dos Goytacazes – afirmam que o programa os ajudou no ingresso na universidade. Em Angra dos Reis, em um total de 24 discentes, 11 (ou 46%) dos discentes afirmam que o REUNI ajudou no ingresso destes na universidade. Em Campos, a partir da resposta de 135, verificou-se que 50 (ou 37%) dos discentes fazem a mesma afirmação. Entre os que não souberam ou não responderam à questão – e que representam a maior parte dos respondentes, verificamos um total de 14 (ou 52%) discentes em Angra dos Reis e 71 (ou 53%) em Campos dos Goytacazes.

A pesquisa produziu mais dados sobre o tema – o questionário era composto por aproximadamente 40 perguntas, sendo estas agrupadas em temas, tais como perfil socioeconômico dos discentes, sua relação com o Município em que o campi se encontra localizado entre outros. Todavia, as questões referentes ao REUNI nos apontam para algumas considerações acerca da relevância e do alcance do programa – talvez a política pública de educação mais importante do governo Federal nos últimos 10 anos- que nos fazem crer que a mesma apresenta problemas e distorções que merecem nossa atenção.

Considerações Finais

O objetivo central do presente artigo foi observar a análise que discentes universitários faziam acerca do programa REUNI, uma política pública de educação tida como prioritária pelo Governo Federal durante os governos de Lula e Dilma - em especial no primeiro governo de Dilma. Para isso, a análise se realizou no âmbito de uma Universidade Federal (UFF), que possui campus no interior do estado do Rio de Janeiro (chamados campi) e que tiveram sua ampliação estreitamente ligada a criação do referido programa.

O que chamou a atenção no caso mencionado é a desconexão existente entre os discentes dos campi, a universidade em que estão inseridos e o programa em si. A partir da análise feita - em especial tomando por base os dados obtidos com as entrevistas realizadas, foi possível verificar que os discentes não compreendiam o REUNI como uma política pública de ampliação da universidade - sobretudo em seus casos específicos, alunos de campi do interior⁶. Ademais, não compreendiam o programa como instrumento responsável por trazer melhorias para a universidade de forma geral - tais como ampliação do acesso de estudantes etc.

Outro ponto sobre o qual podemos refletir a partir dos dados obtidos diz respeito a uma falha na referida política pública: quando observamos o desconhecimento de mais da metade dos discentes entrevistados acerca do REUNI podemos compreender que a política não foi bem-sucedida em algum de seus aspectos, em especial os que se conectam a sua implementação e avaliação. Ademais, o programa parece carecer de avaliação de resultados - desde a época em que os dados foram coletados até o presente momento, em especial no que diz respeito às universidades. O desconhecimento dos discentes pode ser entendido como um sintoma disto. Este dado nos leva reflexões sobre possibilidades de caminhos para o aprimoramento do programa, entre as quais a construção de fóruns e arenas de debate específicas sobre o programa - em particular junto aos discentes das universidades, de forma ampla. A avaliação das metas propostas pelo programa - apresentadas a quase uma década - nos parece uma boa saída para conhecer de que forma estas metas foram- ou não- alcançadas nas universidades de forma geral.

Parece-nos essencial destacar que o REUNI, como bem descrito no trabalho de Carlos Martins (Martins, 2009:21), é um projeto de reforma universitária que tem por objetivo primordial tentar recuperar o papel do Estado como ator central na condução do sistema de ensino superior, procurando concomitantemente recuperar a importância das instituições

⁶ Esta afirmação tem como base o projeto de ampliação do governo Federal simbolizado pelo REUNI, que é baseado em duas frentes, em linhas gerais: a criação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) desvinculadas de outras Universidades ou na injeção de recursos financeiros nos campi vinculados a Universidades já existentes, para que através de contratação de professores, técnicos e investimento em infraestrutura, estes pudessem se transformar em Universidades, como é o caso da UFF. Fonte: MEC/BRASIL (2012)

federais neste contexto. Todavia, desde a implantação do programa (2007) até o período de realização da pesquisa (2014) podemos afirmar que, no que diz respeito aos discentes, a política pública em questão precisa superar muitos dos desafios propostos, tais como as metas de permanência dos discentes na graduação – visto que os índices de evasão são muito altos nas universidades públicas federais brasileiras. Uma solução oportuna para corrigir as falhas do projeto seria a realização de avaliação nas universidades para que alterações necessárias sejam feitas e, desta forma, as falhas apresentadas pela política pública em questão possam ser superadas. O apoio aos discentes – financeiro, logístico e até mesmo psicológico- nos parece crucial para o combate a evasão nas instituições de ensino superior.

Lamentavelmente, desde o golpe de 2016 o programa REUNI parece ter sido paralisado pelo Estado. O site do programa não tem informações atualizadas desde 2012. Entendemos que os desafios da educação brasileira ainda são imensos - e ainda há muito a ser feito no campo da educação superior no Brasil.

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, Pierre.; Passeron, Jean-Claude (2014). *Os Herdeiros: os estudantes e a cultura*. 1 ed. Florianópolis: Editora UFSC.
- Brasil. (2007, 24 de abr.). *Decreto 6.096*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm
- Charles, Christophe., & Verger, Jacques. (1996). *História das universidades*. EdUNESP.
- Fávero, Maria de Lourdes de A. (2006). A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Revista Educar*, 28, 17-36.
- Martins, Carlos Benedito. (2009). A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil. *Revista Educação & Sociedade*, 30(106), 15-35. <http://www.cedes.unicamp.br>
- Mendonça, Ana Walesca. (2000). A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 14, 131-150. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200008>
- Reuni. (2010, 25 de mar.). O que é Reuni? *Portal do MEC*. http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28.
- UFF. (2017). Instituto de Educação de Angra dos Reis. <http://www.iear.uff.br/>
- UFF. (2018). Polo Campos dos Goytacazes. <http://www.pucg.uff.br/>

Recebido em 23/11/2021.
Aceito em 14/01/2024.